*Greve de 31 de janeiro por aumentos salariais dignos para todos*

**Trabalhadores da Administração Pública querem alterar a proposta de OE para 2020**

O **SINTAP** apresentou ao Governo um conjunto de propostas equilibrado e realista tendo em vista o processo de negociação geral anual para a Administração Pública, que traduz as principais preocupações e problemas sentidos pelos trabalhadores que representam e aponta soluções para a respetiva resolução a curto e médio prazo.

**Esse equilíbrio e realismo ficaram também expressos na contraproposta do SINTAP à proposta ofensiva do Governo de aumentos salariais de 0,3%, sem atualização do subsídio de alimentação, nem do valor das ajudas de custo, sem negociação e afirmando que não existiria margem para ir mais além.**

Não obstante poder serfacilmente interpretada como um sinal de desvalorização da negociação coletiva, do trabalho, dos trabalhadores e, consequentemente, dos próprios serviços públicos, **essa proposta mereceu da parte do SINTAP a apresentação de uma contraproposta de aumentos salariais de 2,9% para todos os trabalhadores, considerando a inflação prevista e não a verificada, o que permitiria ganhos reais do poder de compra. Essa contraproposta mantém-se, até ao dia de hoje, sem qualquer resposta por parte do Executivo**.

**Sendo hoje público que existe a possibilidade dos aumentos salariais dos trabalhadores da Administração Pública poderem ser superiores aos constantes na proposta inicial, o SINTAP** **espera que essa margem permita valorizar os salários de todos os trabalhadores e não apenas dos trabalhadores com salários mais baixos, e que essas valorizações, a par da correção das distorções existentes na TRU e das injustiças que existem em virtude da aproximação que tem vindo a acentuar-se entre as primeiras posições remuneratórias das carreiras de assistente operacional, assistente técnico e técnico superior, possa ser negociadas em sede própria, ou seja, à mesa das negociações com os sindicatos do setor.**

O **SINTAP** espera também que possam ainda ser dadas respostas às demais questões que estão

 *(vsff🡪)*

na base da convocação de Greve Nacional da Administração Pública do próximo dia 31 de janeiro nomeadamente:

* ***A contagem integral de todo o tempo de serviço de todas as carreiras para efeitos de progressão;***
* ***A valorização da negociação coletiva;***
* ***A correção das distorções da Tabela Remuneratória Única (TRU) no que concerne às carreiras de assistente operacional, assistente técnico e técnico superior;***
* ***A alteração da política de admissões na Administração Pública, de modo a colmatar a falta de pessoal que é transversal a todos os serviços públicos;***
* ***A reposição dos pontos resultantes da aplicação do SIADAP e que foram injustamente retirados aos trabalhadores da carreira de assistente operacional;***
* ***A alteração do SIADAP em moldes que permitam aos trabalhadores progredirem nas carreiras com menos de 10 pontos;***
* ***A necessidade de aumento do investimento e, consequentemente, da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos;***
* ***A revisão e valorização das carreiras gerais, especiais, inalteradas e subsistentes;***
* ***A alteração das regras para o acesso à pré-reforma;***
* ***A tomada de medidas de índole pecuniária que evitem que a retribuição média na Administração Pública continue a aproximar-se da retribuição mínima;***
* ***O cumprimento dos acordos celebrados e o descongelamento de carreiras dos CIT dos hospitais EPE;***
* ***A dinamização dos mecanismos de mobilidade intercarreiras dos trabalhadores com RCTFP dos hospitais EPE;***
* ***O alargamento da ADSE aos trabalhadores em regime de CIT e aos trabalhadores precários ao abrigo do PREVPAP e àqueles que não tiveram oportunidade de se inscreverem aquando da primeira relação de trabalho;***
* ***O desagravamento fiscal.***

**O SINTAP recusa a ideia de que a proposta de Orçamento do Estado para 2020 esteja fechada antes da votação final global que terá lugar a 6 de fevereiro, e consubstanciará as reivindicações dos trabalhadores em ações de luta que incluem, entre outras, a Greve do dia 31 de janeiro. O SINTAP exige a abertura de processos negociais tendentes à célere resolução dos principais problemas que afetam a Administração Pública e os seus trabalhadores, com particular atenção para a necessidade de valorização da classe média - que tem vindo a perder poder de compra de forma consistente -, através da adoção de medidas que travem a crescente e inaceitável aproximação do salário mínimo ao salário médio.**

Lisboa, 15 de janeiro de 2020